



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO			Nº02
Data de Emissão	Data de Vigência	Data de Atualização	Versão
15/08/2022	02/09/2022	15/08/2022	1.0
Processo SEI	3900001049.000039/2022-47		
DESPACHO	23369121		
Área Emitente:	Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos –DPCRICI/DRACCO/PCPE		
Assunto:	PROCEDIMENTO PARA DENÚNCIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE CONTAS NO APLICATIVO DO WHATSAPP (META PLATFORMS, Inc.).		
Objetivo:	Descrever os procedimentos voltados à elaboração e ao envio de ofício para a Recuperação de contas WhatsApp e a denúncia de contas utilizando a foto de outrem para a prática de crimes. Metodologia a ser adotada pelos servidores em toda e qualquer delegacia do Estado de Pernambuco.		
Campo de aplicação:	Delegados, Agentes escrivães de Polícia lotados nas unidades de investigação da Polícia Civil de Pernambuco.		
Referências:	<ol style="list-style-type: none">1. Manual de Crimes Informáticos, Damásio de Jesus e José Antônio Milagre, Editora Saraiva.2. Manual de investigação cibernética à luz do Marco Civil da Internet, Alessandro Gomes Barreto, Editora Brasport.3. <i>Curso de Crimes Cibernéticos: Os principais riscos e técnicas básicas de prevenção</i>. 1ª Edição, Acadepol – MG, PCMG.4. Lei nº 12.737, de 2012.5. Conhecimentos práticos – Del. Eronides Meneses Jr.		



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



Siglas / Expressões:	<p>DPCRICI – Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos.</p> <p>DRACCO – Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado.</p> <p>IP – <i>Internet Protocol</i> é um endereço de protocolo da Internet, que consiste em um número atribuído a cada dispositivo conectado à Internet;</p> <p>IP/Log - Registros de conexão (IP/Logs), contendo os endereços IP, datas, horários e referências GMT (fuso horário);</p> <p>Perfil falso – Consiste no produto final oriundo da atitude de criação de contas e perfis em nome de terceiros, com o objetivo de se passar por uma pessoa em aplicativos de troca de mensagens, salas de bate-papo e outras plataformas de divulgação de ideias e pensamentos da Internet.</p> <p>URL – <i>Uniform Resource Locator</i> - Localizador Padrão de Recursos. É um endereço da Web que aponta para uma página exclusiva na internet.</p> <p>USERNAME – Nome de usuário.</p> <p>TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência.</p> <p>Lei nº 12.737, de 2012 – Lei Carolina Dieckmann, essa lei tem esse nome devido ao nome da atriz que teve fotos íntimas furtadas no próprio computador e publicadas na internet. Incluído no Código Penal os Artigos 154-A e 154-B e alterou a redação dos Artigos 266 e 298.</p> <p>Artigo 307 Código Penal - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.</p> <p>Case number: É o número gerado na plataforma <i>records</i> da empresa META PLATFORMS, Inc. será o número do caso a ser investigado.</p> <p>Procedimento para Preservação do Perfil – Trata-se de um procedimento a ser realizado junto à empresa que detém os dados necessários à investigação, com o objetivo de evitar que sejam apagados.</p> <p>Provedor de aplicação de internet – Art. 15 da Lei 12.965/2015. Trata-se de qualquer empresa, organização ou pessoa natural que, de forma profissional ou amadora, forneça um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet, não importando os objetivos econômicos. Ex: Facebook, Twitter, Google, LinkedIn, Instagram, etc.</p> <p>Provedor de conexão (ou de acesso) - é a pessoa jurídica ou física responsável por possibilitar aos terminais dos seus respectivos clientes (consumidores) o acesso à internet. Trata-se, portanto, do prestador do serviço de conexão à internet, que atribui o endereço IP e detém informações cadastrais dos seus respectivos usuários e registros de acesso à aplicação.</p>
Apêndice Anexo:	<ol style="list-style-type: none">1) ANEXO I – Ofício Policial solicitando dados cadastrais2) ANEXO II – Ofício ao provedor (ou operadora) identificado no Whois.registro.br3) ANEXO III – Modelo de representação judicial



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Descrição das ações em caso de Recuperação, denúncia e investigação de crimes no Whatsapp

1. Denunciando contas falsas: Uso indevido da imagem

- 1.1** Neste caso não há qualquer invasão ou hackeamento, uma vez que os criminosos obtêm os contatos de familiares e pessoas próximas das vítimas de diversas formas.
- 1.2** O policial deverá solicitar para vítima ou amigos tirarem um print do pedido de dinheiro e na conversa, clicar no número em cima, rolar até embaixo e DENUNCIAR CONTATO no próprio aplicativo. Assim um resumo da conversa (pedido do investigado) é remetido automaticamente ao WhatsApp.
- 1.3** A vítima deve Enviar um email ao support@whatsapp.com denunciando a conta (+5581xxxxxx), o golpe e uso indevido da imagem, anexando prints. O policial deve informar a vítima para ir em configurações de Privacidade do WhatsApp deixe a "foto, Recado, Grupos e Status" restrito marcando MEUS CONTATOS. A vítima deverá informar aos amigos e familiares sobre o golpe e para também denunciarem a conta no aplicativo (whatsapp).
- 1.4** Apesar de a delegacia poder também Elaborar um ofício e anexar com o Boletim de Ocorrência, para enviar na plataforma Records do Whatsapp denunciando a conta falsa, a empresa recomenda apenas o envio de email diretamente pela vítima.

2. Recuperação de contas hackeadas:

- 2.1** A própria vítima deverá Enviar um email ao support@whatsapp.com denunciando a conta invadida para recuperação
- 2.2** Assunto: Conta Roubada
Minha conta WhatsApp +5581xxxxxx foi roubada e criminosos estão se passando por mim para solicitar dinheiro aos meus contatos.
- 2.3** Em até 7 dias após o envio do email, o WhatsApp irá reiniciar a conta e remover a "Autenticação em duas etapas" ativada pelos criminosos. Este email não é respondido.
- 2.4** A vítima deverá tentar diariamente ativar/installar o WhatsApp, recebendo o código de confirmação.
- 2.5** Apesar de a delegacia poder também Elaborar um ofício e anexar com o Boletim de Ocorrência, para enviar na plataforma Records do Whatsapp denunciando a conta falsa, a empresa recomenda apenas o envio de email diretamente pela vítima

- 3.** Registro da ocorrência de crime Invasão de Dispositivo, Estelionato/Fraude ou De Falsa Identidade cometido por meio do aplicativo WHATSAPP em uma das Delegacias do Estado de Pernambuco;
- 4.** A preservação deverá ser do usuário, ou seja, o número do telefone vinculado ao Whatsapp +55 (para indicar que é do Brasil) o DDD (81) ex: +55819999999. As preservações serão utilizadas para posteriormente, solicitar-se os dados cadastrais e registros de conexão da conta a ser investigada (mediante ordem judicial);
- 5.** O policial que registrou a ocorrência deverá determinar a preservação do perfil utilizado para a prática do crime;
- 6.** A preservação é realizada sem a necessidade de ofício, por meio da plataforma: <https://www.whatsapp.com/records/> gerando um número de caso (#case number);
- 7.** Para acessar o portal, primeiro solicite acesso ao portal informando o email funcional (xxxx@policiacivil.pe.gov.br). "Marcar Sou um agente de aplicação da lei..." Clicar em "Solicitar acesso".



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



WhatsApp WHATSAPP WEB RECURSOS BAIXAR PRIVACIDADE CENTRAL DE AJUDA PT (BR) -

Solicitações online para autoridades públicas

Solicitar acesso seguro ao Sistema de Solicitação Online para Autoridades

Nós revelamos registros de conta somente em conformidade com nossos termos de serviço e lei aplicável.

Se você é um agente de aplicação da lei autorizado a coletar evidências relacionadas a uma investigação oficial, você pode solicitar registros do WhatsApp por meio deste sistema.

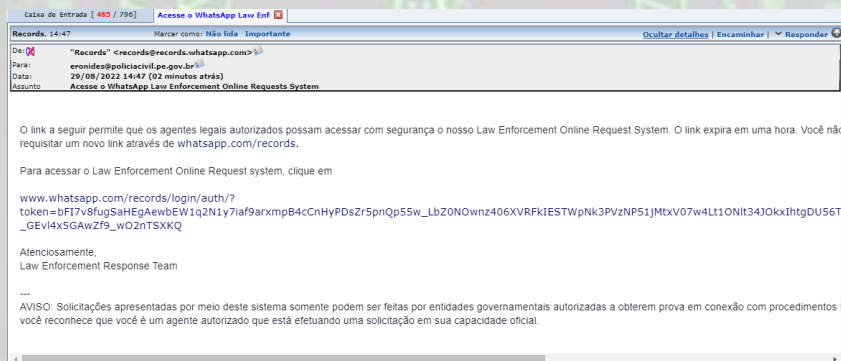
☐ Sou um agente de aplicação da lei ou funcionário do governo autorizado investigando uma emergência, e esta é uma solicitação oficial

[SOLICITAR ACESSO](#)

Aviso: as solicitações ao WhatsApp por meio deste sistema podem ser feitas somente por entidades governamentais autorizadas a obter evidências relacionadas a processos judiciais oficiais conforme o Título 18 do Código dos Estados Unidos, Seções 2703 e 2711. Solicitações não autorizadas estarão sujeitas a instauração de processo. Ao solicitar acesso, você reconhece que é um oficial do governo fazendo uma solicitação no exercício de sua função oficial. Para obter informações adicionais, verifique as Diretrizes para autoridades públicas.

Solicitações de registros de usuários do serviço de iniciação de pagamentos pelo Facebook Pay no WhatsApp podem ser enviadas por meio deste Sistema Online por autoridades de investigação e judiciais, em casos de natureza criminal, e devem ser endereçadas ao Facebook Pagamentos do Brasil Ltda., entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a iniciar transações de pagamento

8. Acesse o webmail funcional em expresso.pe.gov.br. Você receberá um email com o assunto **“Acesse o WhatsApp Law Enforcement Online Requests System”** contendo o link de acesso ao portal. O link expira em 1 hora. Basta clicar e entrar no portal:



9. Acesse **“Solicitação de preservação”** :

WhatsApp WHATSAPP WEB RECURSOS BAIXAR PRIVACIDADE CENTRAL DE AJUDA PT (BR) -

Solicitações online para autoridades públicas

Página inicial **Solicitação de preservação** Solicitação de registros Ajuda Sair

Solicitação de preservação

Preencha todos os campos abaixo para solicitar a preservação dos registros de conta. Tomaremos ações para preservar os registros de conta referentes a investigações criminais oficiais por 90 dias até recebermos o processo judicial formal. Informações adicionais podem ser encontradas nas Diretrizes para aplicação da lei do WhatsApp.

Essa ferramenta não está disponível, neste momento, para preservação de registros de usuários do serviço de iniciação de pagamentos pelo Facebook Pay no WhatsApp

Número de referência do caso interno [?]

Contas ☒ WhatsApp User ☐ WhatsApp Group

[ADICIONAR](#)

i Números de telefone do WhatsApp não são permanentemente vinculados a uma conta e podem ser alterados ao longo do tempo. Para selecionar a conta correta, forneça a data na qual você observou a atividade relacionada ao seu processo judicial.

Solicitando registros entre [?]

☐ Declaro que sou um agente de aplicação da lei autorizado a solicitar registros de conta e que todas as informações que forneço são precisas.

[SUBMIT](#)



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



Preencha as informações conforme abaixo:

- Número de referência do caso interno: Número do BO ou IP
- Processo judicial: Solicitação Policial ou Ordem Judicial
- Natureza do caso: Fake Account ou selecione o crime
- Data de assinatura do processo legal: Data do ofício
- Data de expiração da solicitação: 10 dias após a data
- Contas: Marcar WhatsApp User ou WhatsApp Group;
- Informar a data pretendida com a conta/telefone sem o "9" Ex. +5581xxxxx , e Adicionar.
- Solicitando registros entre: Selecione a data do evento/crime e o dia atual
- Additional Context: Informe sobre o crime praticado
- Marque a caixa "Declaro que sou um agente de aplicação da lei..."
- Clique em Submit

10. Após a preservação do perfil, o Delegado de Polícia poderá **Enviar Ofício Policial** ou Representar Judicialmente pelo fornecimento de informações.

10.1 Para **envio de ofício**, preencha as informações conforme abaixo:

- Número de referência do caso interno: Número do BO ou IP
- Processo judicial: Solicitação Policial
- Natureza do caso: Fake Account ou selecione o crime
- Data de assinatura do processo legal: Data do ofício
- Data de expiração da solicitação: 10 dias após a data
- Contas: Marcar WhatsApp User ou WhatsApp Group;
- Informar a data pretendida com a conta/telefone sem o "9" Ex. +5581xxxxx , e Adicionar.
- Solicitando registros entre: Selecione a data do evento/crime e o dia atual
- Additional Context: Informe sobre o crime praticado
- Marque a caixa "Declaro que sou um agente de aplicação da lei..."
- Clique em Submit

Número de referência do caso interno [?]

Processo judicial

Selecione uma opção

Natureza do caso

Selecione um processo jud...

Data de assinatura do processo legal [?]

Data de expiração da solicitação [?]

Contas

WhatsApp User

WhatsApp Group

dd/mm/aaaa

e.g. +16505551234

ADICIONAR

1

Números de telefone do WhatsApp não são permanentemente vinculados a uma conta e podem ser alterados ao longo do tempo. Para selecionar a conta correta, forneça a data na qual você observou a atividade relacionada ao seu processo judicial.

Solicitando registros entre [?]

Documentação

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Deve ser PDF, JPG, PNG ou outros formatos de imagem comuns. Anexe todos os documentos legais relevantes.

Additional Context [?]

1. Provide sufficient information regarding your case, including what you are investigating and how the requested account is involved in your investigation.

2. If your case pertains to specific activity on the platform, please include a URL and/or a screenshot of the content in question. Please DO NOT attach Child Exploitation Imagery.

☐ Declaro que sou um agente de aplicação da lei ou funcionário do governo autorizado a solicitar registros de conta e que todas as informações que forneci são precisas.

SUBMIT



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



10.2 Quando disponível, abaixo um exemplo de resposta apresentada pelo WhatsApp aos órgãos policiais.

WhatsApp Business Record Page 1

Service	WhatsApp
Account	+558199456857
Identifier	
Account Type	WhatsAppUser
Generated	2021-08-17 09:52:30 UTC
Date Range	2021-07-15 00:00:00 UTC to 2021-07-19 23:59:59 UTC
NCMEC	No responsive records located
CyberTip	
Numbers	
Registered	No responsive records located
Email	
Addresses	
Connection	Device Id 0
	Service start 2021-07-08 15:01:12 UTC
	Device Type iPhone
	App Version 2.21.151.2
	Device OS ios: 14.4.2, model: Apple iPhone 6s
	Build Number
	Connection OFFLINE
	State
	Last seen 2021-08-17 00:44:19 UTC
Web/Desktop	Version No responsive records
Client	

11. Poderá ainda o Delegado **Representar judicialmente** pelo fornecimento dos registros de acesso e demais dados, devendo neste caso despachar a ocorrência para a Seção de Investigação, a fim de ser elaborado um relatório de investigação contendo:

- Conta do whatsapp vinculada ao perfil falso que está sendo investigada.
- Descrição do IP de criação a ser investigado e email de recuperação cadastrado pelo usuário investigado, conforme resposta do Ofício Policial;
- Busca de dados cadastrais junto à Operadora de telefonia, referente à linha utilizada;
- Busca de IMEIs utilizados pela referida linha nos últimos 30 dias ou até 12 meses.
- Testar o número em ESQUECIA A SENHA ou OFICIAR diversos sites e serviços (instagram, PIX, gmail, hotmail, mercadolivree, GetContact, Truecaller, iFood, etc)
- Informação de que a Delegacia já solicitou a preservação do número/conta junto à respectiva empresa, o número do caso e a data da preservação. O relatório deverá instruir a representação judicial.

11.1. Elaborar representação judicial, com relatório de investigação (parte de serviço), com base na ocorrência e nos documentos apresentados pela vítima/comunicante. A representação judicial a ser elaborada pelo Delegado de Polícia deverá conter, de forma mínima, os seguintes pedidos:

- Acesso aos registros de conexão (IP/Logs), contendo os endereços IP, datas, horários e referências GMT (fuso horário), geolocalização e lista de contatos dos últimos 90 (noventa) dias;
- Acesso aos dados cadastrais completos do administrador do número utilizado para cometer o crime
- Dados cadastrais e IP de criação da conta podem ser obtidos mediante simples Ofício, anexado na plataforma records que possivelmente fornecerá email, telefone vinculado a conta criada e IP de criação ;

11.2. Envio da representação ao Poder Judiciário;

Rua Gervásio Pires, 863 – Santo Amaro – Recife-PE – CEP 50050-070

Fone: (81) 3184-3207 dpcrici@policiacivil.pe.gov.br



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



11.3. Aguardar a resposta do Poder Judiciário.

12. Possibilidades quanto à decisão judicial:

11.1 Em caso de INDEFERIMENTO da representação judicial:

Elaboração de despacho saneador/relatório final de TCO/IP pelo Delegado de Polícia com base na ocorrência registrada pela vítima/comunicante;
Envio do TCO/IP ao Poder Judiciário sem indiciamento;
Fim do processo de investigação.

11.2 Em caso de DEFERIMENTO da representação judicial:

- Recebimento da decisão judicial;
- Envio da decisão judicial para empresa WHATSAPP (META PLATFORMS), por meio da plataforma: <https://www.whatsapp.com/records/>, utilizando-se o (#case number);
- Recebimento das informações solicitadas junto à empresa Whatsapp (META PLATFORMS), por meio do e-mail institucional informado no momento de enviar a decisão judicial na plataforma : <https://www.whatsapp.com/records/> ;

WhatsApp Business Record Page 1

Service WhatsApp
Account +558199456857
Identifier
Account Type WhatsAppUser
Generated 2021-08-17 09:52:30 UTC
Date Range 2021-07-15 00:00:00 UTC to 2021-07-19 23:59:59 UTC
NCEC No responsive records located
CyberTip Numbers

Registered Email Addresses No responsive records located

Connection **Device Id** 0
Service start 2021-07-08 15:01:12 UTC
Device Type iPhone
App Version 2.21.151.2
Device OS ios: 14.4.2, model: Apple iPhone 6s
Build Number
Connection OFFLINE
State
Last seen 2021-08-17 00:44:19 UTC

Web/Desktop Client **Version** No responsive records

13. Após o recebimento das informações por parte da empresa Whatsapp (META PLATFORMS), o Delegado de Polícia determinará o envio da ocorrência policial, acompanhada de toda a documentação, para a Seção de Investigação, a fim de:

- 12.1 Verificar se consta nas informações prestadas pela empresa META PLATFORMS alguma linha telefônica vinculada ao perfil investigado, (IP/Logs), datas, horários e referências GMT (fuso horário);
- 12.2 Em caso positivo, pesquisar tal linha telefônica no: Google; Sistemas de ocorrências da PCPE ; website Whois <https://registro.br/tecnologia/ferramentas/whois/>
- 12.3 Indagar a vítima/comunicante se a mesma conhece eventual pessoa identificada por meio das pesquisas acima mencionadas e se tal pessoa teria interesse no cometimento do crime;
- 12.4 Analisar os IP/Logs informados pela empresa Whatsapp (META PLATFORMS);
- 12.5 Utilizar o Site <https://registro.br/tecnologia/ferramentas/whois/> para **identificar os provedores de conexão** vinculada ao referido IP/LOG;

Rua Gervásio Pires, 863 – Santo Amaro – Recife-PE – CEP 50050-070

Fone: (81) 3184-3207 dpcrici@policiacivil.pe.gov.br



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



14. Separar os IP/LOG mais recentes por provedores de conexão;
Localizar o provedor de serviço de Internet pelo whois.

IP-ADDRESS.COM	
IP Address	177.38.34.34
Decimal Representation	2972066338
ASN	AS28310
City	Paulista
Country	Brazil
Country Code	BR
ISP	Smart Telecomunicacoes E Servicos Ltda.
Latitude	-7.9251° (7° 55' 30" S)
Longitude	-34.9175° (34° 55' 2" W)
Organization	Smart Telecomunicacoes E Servicos Ltda.
Postal Code	53400

15. Expedir ofício direcionado para cada provedor de conexão, solicitando os dados cadastrais dos IP/Logs selecionados com Data e hora e fuso horário GMT;
16. Recebimento das informações dos dados cadastrais dos IP/LOG identificados a partir das informações encaminhadas pela empresa Whatsapp e indagadas ao provedor proprietário do IP.;
17. A resposta prestada pelo Provedor de acesso/conexão NÃO INDICA o autor do crime;
18. Neste caso, o Delegado de Polícia poderá enviar todo expediente para Seção de Investigação, a fim de realizar novas diligências com base nas informações fornecidas pelo provedor de conexão, a fim de tentar identificar o autor do crime;
19. Se a resposta prestada pelo provedor de conexão INDICA o possível autor do crime. : Investigação tradicional com Intimação do suspeito para prestar declarações;
20. Analisar as informações prestadas pelo suspeito (indagar se o suspeito é o titular ou apenas fez uso da internet);
21. Conclusão pelo indiciamento ou não;
22. Fim do processo de investigação.



POLÍCIACIVILDEPERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DEREPRESSÃO AOSCRIMESCIBERNÉTICOS



ANEXO I – Ofício Policial solicitando dados cadastrais

OFÍCIO Nº __/202_
Ref. BO Nº _____

Ao Ilmo. Senhor
Diretor/Representante
Meta Platforms, Inc., 1601 Willow Road, Menlo Park, CA 94025

Assunto: Requisita dados e informações.

Prezado Senhor,

Considerando a necessidade de subsidiar investigação criminal em curso e com fundamento ao disposto no Art. 2º, §2º da Lei nº 12.830/13, Art. 15 da Lei nº 12.850/13, Art. 17-B da Lei nº 12.683/2012, Art. 10, § 3º da Lei nº 12.965/14 e Artigos 6º, Art. 1º, § 3º, IV e V da Lei Complementar 105/2001, Art. 4º, III, d da LGPD e 13-A do Código de Processo Penal, **REQUISITO** o seguinte:

1. Fornecimento dos **dados cadastrais** do usuário +5581XXXXXXX

Cumpramos ressaltar que o destinatário desta ordem, independentemente de ordem judicial, deve cumpri-la de imediato, tendo em vista tratar-se meramente de dados cadastrais, ou seja, informações mínimas sobre o usuário ora investigado, sob pena de responsabilidade penal por infração ao Art. 330 do Código Penal e Art. 21 da Lei nº 12.850/13.

Sem mais para o momento, saliento que resposta ao presente ofício deverá ser fornecida em 3 dias aos cuidados desta autoridade no e-mail ____@policiacivil.pe.gov.br e ____@policiacivil.pe.gov.br.

Recife, ____ de ____ de 20__.

NOME COMPLETO
DELEGADO DE POLÍCIA
DEPARTAMENTO/UNIDADE



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



ANEXO II – Ofício ao provedor (ou operadora) identificado no Whois.registro.br

OFÍCIO Nº ____/20__
BOE Nº _____

Ao Ilmo. Senhor
Diretor/Representante

• **PROVEDOR DE CONEXÃO**

Assunto: Requisita dados e informações.

Prezado Senhor,

Considerando a necessidade de subsidiar investigação criminal em curso e com fundamento ao disposto no Art. 2º, §2º da Lei nº 12.830/13, Art. 15 da Lei nº 12.850/13, Art. 17-B da Lei nº 12.683/2012, Art. 10, § 3º da Lei nº 12.965/14 e Artigos 6º, Art. 1º, § 3º, IV e V da Lei Complementar 105/2001, Art. 4º, III, d da LGPD e 13-A do Código de Processo Penal, **REQUISITO** o seguinte:

1. Os dados cadastrais do (s) usuário (s) do **Protocolo de Internet nº XXX.XX.XX.X**, no dia **29/08/2022**, às **17:49:36 (HORÁRIO EM UTC)**;

Cumpramos ressaltar que o destinatário desta ordem, independentemente de ordem judicial, deve cumpri-la de imediato, sob pena de responsabilidade penal por infração ao Art. 330 do Código Penal e Art. 21 da Lei nº 12.850/13.

Sem mais para o momento, saliento que resposta ao presente ofício deverá ser fornecida em 72 horas aos cuidados desta autoridade nos emails _____@policiacivil.pe.gov.br, _____@policiacivil.pe.gov.br e _____@gmail.com.

Recife, ____ de ____ de 20__.

NOME COMPLETO
DELEGADO DE POLÍCIA
DEPARTAMENTO/UNIDADE



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS



ANEXO III – Representação Judicial (WhatsApp)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ____

Ref. IP Nº xxxxxxxxxxxx

A POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, representada, neste ato, pela Autoridade Policial subscritora, com fundamento no art. 144, § 4º, da Constituição Federal de 1988; art. 4º e seguintes do Código de Processo Penal; Lei nº 12.830, de 2013; art. 10, § 3º, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei do Marco Civil); art. 15 da Seção IV (Do Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações) da Lei nº 12.850, de 2013 – Lei das Organizações Criminosas – (verificar se aplicável ao caso) e demais dispositivos legais cabíveis, representa, nos autos do procedimento em epígrafe, pelo **AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS TELEMÁTICOS** da(s) conta(s) de **WhatsApp** vinculadas à(s) linha(s) telefônica(s) [...], pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS

Aportou nessa Delegacia de Polícia expediente versando sobre a possível prática do crime de [...], praticado, no dia [...] do mês de [...] de [...], por intermédio da(s) conta(s) do aplicativo de mensageria **WhatsApp** vinculada(s) à(s) linha(s) telefônica(s) nº [...].

DA INVESTIGAÇÃO

Fora constatado após verificação preliminar nesta delegacia, ser necessário que o provedor de aplicações WHATSAPP, forneça os dados cadastrais e registros de acesso utilizados para acessar referida conta do usuário ao final idicado, não restando outro caminho a esta autoridade senão representar a V.Exa. pela expedição de ordem judicial dirigida à empresa Meta Platforms Inc. objetivando o fornecimento das informações necessárias à identificação do seu usuário.

Desta feita, após serem fornecidos os registros de acesso (IP – Protocolo de Internet) e informações cadastrais, em ato contínuo a esta representação será permitido identificar o provedor de acesso/conexão (GVT, Velox, NET, TIM, Claro, etc) responsável/proprietário pelo IP junto ao site <https://registro.br/2/whois.>, o qual será oficiado para fornecimento dos dados cadastrais de seu assinante.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, considerando a complexidade da investigação de delitos cujas evidências estão contidas no ambiente virtual (devido à volatilidade dos dados e impossibilidade de produzir provas por outros meios) e objetivando instruir investigação criminal em andamento nesta Unidade Policial, solicita-se a V.Exa., após vista do egrégio membro do Ministério Público e com base nos dispositivos legais supracitados, que determine ao **META PLATFORMS, Inc.** o fornecimento das informações abaixo-relacionadas em relação à(s) conta(s) vinculadas à(s) linha(s) telefônica(s) [...]:

- dados do usuário, incluindo nome, *e-mail(s)*, data de nascimento, telefone(s) e demais informações que identificativos o titular da conta;
- *logs* de acesso contendo o endereço IP, com indicação de data, horário e *timezone*, referentes ao período de [...]h[...]:min[...]:seg (UTC) do dia [...] / [...] / [...] às [...]h[...]:min[...]:seg (UTC) do dia [...] / [...] / [...];
- foto do perfil e histórico de mudança de números;
- relação de números que o usuário bloqueou e de números que bloquearam o usuário;
- informações sobre “recados” e agenda de contatos;
- informações de grupos dos quais o usuário é integrante, incluindo nomes, fotos de perfil, descrições, datas de criação e relação de participantes.
- cancelamento da conta de WhatsApp (verificar se aplicável ao caso).

Em virtude da gravidade do delito praticado e da celeridade exigida pelo caso, solicita-se, ainda, que, em caso de deferimento da medida pretendida, sejam os dados supracitados enviados para o *e-mail* [...] e, na sequência, em via impressa para o endereço [...].

Termos em que, pede deferimento.

Cidade, ____ de ____ de 20 ____.

Nome e Cargo